



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO DORNELAS CÂMARA

A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018

RECIFE - PERNAMBUCO

2019

RODRIGO DORNELAS CÂMARA

A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018

Monografia apresentada pelo aluno RODRIGO DORNELAS CÂMARA ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, sob a orientação da professora Dr.^a KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

RECIFE - PERNAMBUCO

2019

- C172e Câmara, Rodrigo Dornelas
A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018 / Rodrigo Dornelas Câmara. -
2019.
46 f. : il.
- Orientadora: Keynis Cândido de Souto.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
Ciências Econômicas, Recife, 2019.
1. Agronegócio. 2. Rendimento no Agronegócio. 3. Mercado de trabalho. 4. Produto Interno Bruto. I. Souto, Keynis
Cândido de, orient. II. Título

BANCA EXAMINADORA

Prof (a). Dra. Keynis Cândido de Souto
Orientadora
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Moisés Freitas Athayde Cavalcanti
Examinador Interno
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Cristiane Soares Mesquita
Examinador Interno
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família e amigos. Especialmente, meus pais, Mauro Câmara e Lúcia Câmara que sempre me apoiaram com tudo que eu precisava durante a minha vida.

A minha Esposa, Isabel Greco, que apesar de todos os contra tempos que passamos durante a nossa vida, sempre esteve ao meu lado me dando força e animação para continuar a trabalhar e conquistar meus objetivos.

A todos os amigos que de alguma forma fizeram parte dessa jornada eu agradeço com um forte abraço.

Agradeço a Deus, aos Professores e a todas as pessoas que contribuíram para elaboração deste trabalho.

A esta universidade, aos docentes, diretores, coordenadores e administração que proporcionaram o melhor dos ambientes para que esse trabalho fosse realizado.

A Banca avaliadora que disponibilizou seu tempo e empenho para este momento tão importante e esperado, o Prof. Dr. Moises Freitas Athayde Cavalcanti, a Prof. Dra. Cristiane Soares Mesquita e a Profa. Dra. Keynis Cândido de Souto.

E em especial à Profa. Dra. Keynis Cândido de Souto pela oportunidade e apoio durante todo o processo de construção desse TCC.

RESUMO

Durante os anos de 2010 a 2018, ocorreram crises políticas, econômicas e fatores climáticos que impactaram o crescimento do país e do agronegócio. Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do agronegócio durante este período com ênfase na participação do PIB-Agro no PIB-BR; na participação da balança comercial (BC) do agronegócio na BC brasileira; e no comportamento do mercado de trabalho do setor em relação ao Brasil. Para realizar a análise foi utilizado dados secundários, obtidos através de órgãos públicos e privados, disponíveis em seus websites e de artigos científicos já publicados e disponíveis em bibliotecas. Os resultados mostram que em 2016, o agronegócio era responsável por 19,06% do Produto Interno Bruto, tinha participação de 43% da Balança Comercial e sua participação no Mercado de Trabalho era de 20,86%. Em 2018 o agronegócio passou a ser responsável por 21,14% do Produto Interno Bruto (PIB), tendo uma redução na participação da Balança Comercial, ficando em 42,4%, e também tendo uma redução em sua participação no Mercado de Trabalho para 19,55%. Os resultados permitem concluir que, apesar das crises e fatores climáticos que assolaram o agronegócio neste período, o setor teve uma melhora na sua participação no PIB, e sua participação do mercado de trabalho e da balança comercial tendo uma leve redução, porém não sendo de grande impacto. Portanto pode-se considerar que durante o período de estudo, o agronegócio permaneceu estável, frente aos dados analisados.

Palavras-Chave: Agronegócio, Mercado de trabalho, Rendimento no Agronegócio, Produto Interno Bruto.

ABSTRACT

From 2010 to 2018, there were political, economic and climatic crises that impacted the country's growth and agribusiness. In this context, the main objective of this paper is to analyze the behavior of agribusiness during this period with emphasis on the participation of GDP-Agro in GDP-BR; the participation of the agribusiness trade balance in the Brazilian BC; and the labor market behavior of the sector in relation to Brazil. Secondary data were obtained from public and private agencies, available on their websites and from scientific articles already published and available in libraries. The results show that in 2016, agribusiness accounted for 19.06% of Gross Domestic Product, had 43% of the Trade Balance and its share of the Labor Market was 20.86%. In 2018, agribusiness was responsible for 21.14% of Gross Domestic Product (GDP), with a reduction in the balance of trade, reaching 42.4%, and also a reduction in its participation in the Labor Market for 19.55%. The results allow us to conclude that, despite the crises and climate factors that plagued agribusiness in this period, the sector had an improvement in its share of GDP, and its share of the labor market and trade balance had a slight reduction, but it was not. Big impact. Therefore it can be considered that during the study period, agribusiness remained stable, considering the data analyzed.

Keywords: Agribusiness, Labor Market, Agribusiness Income, Gross Domestic Product.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Brasileiro à preços básicos de 2010 a 2018: variação real anual.....	24
Gráfico 2 – Variação do PIB Brasileiro e PIB Agronegócio do período 2010 a 2018.....	26
Gráfico 3 - Exportação do Agronegócio em Comparação a Exportação Brasileira no período de 2010 a 2018 (em bilhões de Kg líquido)	30
Gráfico 4 - Evolução da balança comercial brasileira e do agronegócio 2010 a 2018 (em US\$ bilhões).....	31
Gráfico 5 - Participação dos Produtos do Agronegócio na Exportação em 2018	32
Gráfico 6 – Principais Produtos Exportados pelo Agronegócio de 2010 à 2018.....	33
Gráfico 7 - Participação dos países de destino das exportações do agronegócio no período de 2010 a 2018.	34
Gráfico 8 - Rendimento dos Empregados no Agronegócio por Setor (em R\$)	37
Gráfico 9 – Rendimento dos Empregadores no Agronegócio por Setor (em R\$).....	38
Gráfico 10 – Rendimento dos Trabalhadores por Conta Própria no Agronegócio por Setor (em R\$)	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação do PIB Agro e seus subsetores no PIB Brasil do período 2010 a 2018.....	25
Tabela 2 – Variação do Agronegócio e seus subsetores no PIB Agro no período 2010 a 2018.....	28
Tabela 3 - Evolução da balança comercial brasileira e do agronegócio 2010 a 2018.	30
Tabela 4 – Pessoal Ocupado no Agronegócio por Segmento (Em Número de Pessoas) ..	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 Política Econômica e o Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro.....	16
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	21
4 A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DE 2014 A 2018: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1 Participação do Agronegócio no Produto Interno Bruto Brasileiro	23
4.2 A Participação do Agronegócio na Balança Comercial Brasileira.....	28
4.3 Mercado de Trabalho do Agronegócio.....	34
5. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio também chamado de *agribusiness*, é o conjunto de todas as atividades relacionadas a produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários e agroflorestais, ou seja, inclui todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos '*in natura*' ou industrializados (CASTRO, 2000; BATALHA, 2001). Esta complexa estrutura, segundo Araújo (2007), se mostra como um dos segmentos econômico mais valorizados no mundo e com potencial de crescimento, sendo sua importância variável dentro de cada país.

No Brasil, o agronegócio tem ocupado uma posição de destaque no âmbito econômico, devido ao bom desempenho da produção, elevada participação no Produto Interno Bruto (PIB), aumento da produtividade, bem como, devido a capacidade de geração de emprego e renda¹. Segundo Gilio e Rennó (2018), este bom desempenho do agronegócio tem se mostrado estável na última década, apesar da forte crise política e econômica, que vem afetando o crescimento e desenvolvimento do país desde 2014.

Além da crise política e econômica, o setor ainda enfrentou neste período uma série de problemas causados por diversos fatores. Em 2016 fatores climáticos prejudicaram a produtividade e a oferta. Cury e Laporta (2016) destacam que, após um 2015 de crescimento, em 2016 o agronegócio teve queda na produção de culturas como milho, algodão, laranja e cana-de-açúcar, em decorrência da estiagem (exemplo do milho) ou do excesso de chuvas (exemplo da cana-de-açúcar) nas regiões produtoras.

Nos anos de 2017 e 2018 o agronegócio brasileiro foi impactado diretamente por três acontecimentos. Foram eles: a “Operação Carne Fraca”, a paralisação do caminhoneiros e a “Operação Trapaça”.

A “Operação Carne Fraca”, foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) em março de 2017, com o intuito de combater o esquema de fornecimento de licenças para frigoríficos que atuavam irregularmente, licenças estas obtidas com ajuda de agentes públicos do Ministério da Agricultura. A operação identificou adulteração de produtos alimentícios de vários tipos, procedimentos irregulares nas licenças sanitárias, uso de aditivos proibidos e utilizados além

¹ Segundo Araújo (2007), outros indicadores relevantes para o agronegócio são o custo do emprego, sendo o investimento baixo para a quantidade de empregos gerados, e a absorção dos gastos familiares.

dos limites permitidos, poluição ambiental, produtos vencidos “resolvido” com a utilização de troca de etiquetas, etc. Segundo Bernardes (2018), o resultado da operação repercutiu amplamente na mídia internacional provocando a suspensão total (União Europeia) ou parcial da importação da carne brasileira por mais de 40 países, independente da empresa produtora. Isto provocou queda nos embarques e, conseqüentemente, perdas que chegaram a US\$ 2,74 bilhões em 2017².

A greve dos caminhoneiros iniciada no dia 21 de maio de 2018, em consequência da crise no preço do diesel, durou dez dias e paralisou o país, provocando grande impacto no agronegócio. A greve levou a ruptura na produção, com efeitos em cadeia, especialmente na produção de hortifrúti, suínos, lácteos, no abastecimento de ração animal e na produção de aves (houve mortandade de animais, ampliando a crise vivida pelo setor), gerando grandes perdas.

A “Operação Trapaça”, deflagrada pela PF em outubro de 2018 como um desdobramento (terceira fase) da Operação Carne Fraca, apontou fraudes em análises laboratoriais que eram emitidos por empresas privadas (credenciadas à Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA). Estes laudos mantinham o certificado sanitário das empresas e eram utilizados para dar credibilidade ao controle de qualidade e a certificação de produtos fraudulentos que eram colocados no mercado³. Mais uma vez, os países importadores da carne brasileira reagiram solicitando esclarecimentos ao Brasil, porém com menor embargo comercial. Segundo Bernardes (2018), como consequência direta da Operação Trapaça, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) fechou os cinco laboratórios que fraudavam as amostras e suspendeu as exportações das empresas envolvidas.

Apesar de todos estes problemas, quando se analisam os dados para o setor no período de 2010 a 2018, percebe-se que o agronegócio conseguiu manter um bom desempenho. Os dados do MAPA mostram que a participação do agronegócio no PIB e nas exportações brasileiras se manteve estável neste período, em média 20,7%, e 43,7%, respectivamente. Segundo Santos, *et al.* (2016), isto demonstra o importante papel do agronegócio brasileiro na dinâmica econômica do país, que se verifica ao longo de anos em vários ciclos. Os autores destacam ainda o papel do setor no comércio internacional do país entre 1998 a 2013. Neste

² Após a repercussão mundial da Operação Carne Fraca, os países, Coreia do Sul, União Europeia, China, Egito, Argélia, Hong Kong, Japão, Chile, Jamaica, Suíça, México, Emirados Árabes Unidos, Panamá, Bahamas, África do Sul e Arábia Saudita, decidiram a interrupção total ou parcial das importações de carne brasileira.

³ As empresas investigadas burlavam a fiscalização preparando amostras, através dos laboratórios, com o objetivo de esconder a condição sanitária dos lotes de animais e de produtos, evitando, assim, uma medida corretiva restritiva do Serviço Oficial. (Bernardes, 2018)

período, a exclusão das exportações do agronegócio tornaria o saldo comercial brasileiro predominantemente deficitário (com exceção de 2005 e 2006).

A importância econômica do setor se confirma quando, mesmo nos anos em que foi impactado pelas “crises internas” decorrentes das operações da PF, conseguiu manter bons resultados. Como destacam Gilio e Rennó (2018), enquanto o PIB Brasileiro (medido pelo IBGE) cresceu apenas 1% em 2017, o PIB-volume do Agronegócio (calculado pelo Cepea/CNA) aumentou 7,2%. Este crescimento foi impulsionado pela produção recorde “dentro da porteira”, pela importante recuperação agroindustrial e pelo consequente “transbordamento” desses crescimentos sobre o setor de serviços. Em movimento contrário, o número de pessoas trabalhando em atividades do agronegócio diminuiu em 2017, no entanto, a participação do setor no total de ocupados no Brasil foi de 20,1% em 2017.

Os dados supracitados evidenciam o papel que o agronegócio brasileiro desempenha em diversas áreas da economia, tendo estimulado várias pesquisas e debates econômicos, especialmente a partir de 2014 quando ganhou destaque pelos resultados alcançados mesmo no cenário de crise pelo qual passava o País. Neste contexto, o presente trabalho pretende contribuir para o debate buscando responder a seguinte questão: **Qual foi o desempenho do agronegócio do agronegócio brasileiro de 2010 a 2018?**

Para responder esta questão foi definido como **objetivo geral**: analisar o desempenho do agronegócio brasileiro no período de 2010 a 2018, fase em que o país enfrentou crise política/econômica. Para tanto foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- i) Descrever a evolução e participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro;
- ii) Descrever a evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira;
- iii) Analisar o comportamento do mercado de trabalho do agronegócio.

Para cumprir com estes propósitos, além desta introdução, o trabalho será dividido em quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, abordando conceitos e aspectos teóricos relacionados ao tema. O terceiro capítulo apresenta a metodologia usada na realização da pesquisa. O quarto capítulo traz a análise e discussão dos resultados. E, por fim, o último capítulo apresenta a conclusão.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de “Agronegócio” na forma como se apresenta hoje, uma complexa estrutura que envolve todas as operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos, é resultado de mudanças socioeconômicas que impulsionaram alterações na forma de produção do setor agrícola ao longo dos anos.

Antes de 1950 havia uma grande concentração da população no campo (80%); as propriedades rurais eram de pequeno porte e com plantações (ou produção) diversificada⁴. Estes pequenos produtores eram responsáveis por todas as etapas do processo de produção, bem como pela distribuição e, em alguns casos, pela comercialização. A produção era realizada com poucas técnicas e quase nenhuma tecnologia empregada. Em resumo, neste período predominavam técnicas produtivas simples e os produtores comercializavam excedentes do que produziam para o próprio sustento. Neste contexto, prevalecia o uso do conceito de Agricultura, ou “Setor Primário”, para descrever o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural (das mais simples às mais complexas), quase sempre dentro das pequenas propriedades rurais (ARAÚJO, 2007).

A partir de 1950, observa-se uma intensificação do processo de urbanização (migração rural-urbano) nos países, levando a uma mudança estrutural na economia mundial⁵. Do ponto de vista econômico, este processo de urbanização gerou um problema: menos pessoas no campo para produzir para mais gente nas cidades. Isto levou a uma evolução econômica “forçada”, ou seja, pressionou os produtores agrícolas a buscarem novas alternativas de produção. Com menos mão de obra disponível no campo, baixa produção e, em geral, pouco rendimento por hectare, a agricultura precisava aumentar sua produção e para isto precisaria não apenas demais áreas preparadas para pastagens e lavouras, mas também desenvolver melhores técnicas de produção e novas tecnologias. Era necessário também pensar em melhores alternativas para transporte e conservação dos produtos até que chegassem ao mercado (cidades). (ARAÚJO, 2007; EMBRAPA, 2018).

Neste período, o setor agrícola vivia sob os efeitos da chamada “Revolução Verde” – fase em que se verificou a introdução de um novo modelo de produção, com a invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um aumento significativo

⁴ Segundo Araújo (2007, p. 14), no Estado de Minas Gerais, por exemplo, “cada propriedade rural podia produzir ao mesmo tempo: arroz, feijão, milho, algodão, café, cana-de açúcar, fumo, mandioca, frutas, hortaliças e outras, além de criações de bovinos, ovinos, suínos, aves e equinos”.

⁵ No Brasil, segundo Brito (2006), a grande expansão urbana ocorre na década de 1960, quando a população urbana (70%) superou a população rural (30%).

na produção a partir da década de 1960⁶. Este novo modelo foi idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Se caracterizava “fundamentalmente pela combinação de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos), mecânicos (tratores e implementos) e biológicos (sementes geneticamente melhoradas)” (ALBERGONI; PELAEZ, 2007, p. 34)⁷.

Quanto mais se intensificava a urbanização, mais o mercado crescia e mais pressão sobre os produtores e sobre a quantidade produzida e, conseqüentemente, em resposta a esta pressão vinda do mercado, mais pressão para aumentar a produção e mais complexa se tornava a produção agropecuária. É neste contexto que ocorre a evolução do setor agrícola, com industrialização da produção rural (com a implantação de indústrias de bens de produção e de alimentos) e a plena integração entre a agricultura e a indústria, dando origem aos complexos sistemas de produção agroindustriais (MATOS; PESSÔA, 2011). Esta complexidade se reflete na divisão de trabalho dentro do setor, com intenso processo de especialização (verticalização) da produção.

Neste contexto, o conceito de “Setor Agrícola” perde sentido e surge o de *Agribusiness*, termo inicialmente empregado nos Estados Unidos, nomeado posteriormente no Brasil como Agronegócio⁸ – sistema, que incorpora todas as atividades (da produção ao processamento, armazenamento, distribuição e comercialização) necessárias para gerar insumos e produtos agropecuários, inclusive as operações e transações que fazem os produtos chegarem ao consumidor final. (CASTRO, 2000; BATALHA, 2001). Junto ao desenvolvimento deste novo conceito, surgem na literatura vários enfoques para estudar este complexo sistema denominado agronegócio, sendo que, conforme destacam Farina e Zylbersztajn (1994), dois têm obtido maior destaque: o dos Sistemas Agroindustriais (Commodity System Approach – CSA) e o de Cadeias Agroindustriais ou Cadeias Produtivas (Filières).

A visão de Sistemas Agroindustriais (CSA), desenvolvida no Estados Unidos inicialmente por Davis e Goldberg (1957-1968), divide o agronegócio em três partes. A primeira, inclui as atividades que estão à montante da produção ou “antes da porteira” (pré-porteira), ou seja, segmentos ou empresas que são os responsáveis por fornecerem insumos para

⁶ Inicialmente nos EUA e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países.

⁷ Nos anos de 1970 esse modelo começa a apresentar sinais de esgotamento dos retornos econômicos esperados e sofrer pesadas críticas pelos impactos ambientais e nos anos de 1980 tem início uma discussão sobre a necessidade de uma agricultura ecológica e sustentável, indicando uma crise do modelo tecnológico da Revolução Verde. Para maiores detalhes ver Albergoni e Pelaez, 2007.

⁸ Somente a partir da segunda metade da década de 1990, o termo agronegócios começa a ser aceito e adotado nos livros-textos e nos jornais (Araújo, 2007).

os produtores rurais⁹. A segunda parte refere-se as atividades agropecuárias propriamente falando e portanto, chamada de “dentro da porteira” - inclui todas as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais¹⁰, independente do seu porte (pequeno, médio ou grande), pessoas físicas e pessoas jurídicas. A terceira parte, compreende as atividades à jusante do processo de produção agropecuária, também conhecido como “pós-porteira” - incluem a compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários, até chegar ao consumidor final (ARAÚJO, 2007; BATALHA, 2001).

O enfoque de Cadeia Produtiva, surgiu na França em 1968. Refere-se a sucessão de atividades, ligadas verticalmente, necessárias à produção de um ou mais produtos correlacionados (MONTIGAUD, 1991, *apud* MACHADO FILHO, 1996). Segundo Araújo (2007), neste enfoque, o ponto de partida para estudo do agronegócio é um produto final, e não uma matéria-prima como no CSA.

Apesar desta diferença, os dois enfoques concordam que existe uma especialização (verticalização) da produção ao longo das cadeias produtivas; e que o reconhecimento disso é fundamental para a formulação de estratégias empresariais e de políticas públicas para o agronegócio. Ambos olham para o agronegócio como um complexo sistema de produção, como um conjunto (em todas as suas partes) e consideram o papel do ambiente macroeconômico e institucional para o desempenho do setor. No entanto, foi o enfoque de CSA que introduziu o que pode ser considerada duas das questões mais importante do agronegócio: a dependência entre os setores de produção agroindustriais - mostrando que quando um segmento tem problemas, isto se difunde para os demais; e, a importância de medir a intensidade destas ligações, de entender suas particularidades. Isto permite entender porque mesmo que um segmento tenha problema e afete os demais, o sistema como um todo permanece tendo grande impacto nas economias (ARAÚJO, 2007; FARINA; ZYLBERSZTAJN, 1994).

Além destes enfoques, uma outra forma de analisar o agronegócio, é considerando os efeitos do setor na economia dos países (Produto Interno Bruto, emprego, etc.). Isto se tornou relevante com a intensificação do processo de globalização no final do Século XX, quando a exportação de produtos agropecuários e agroindustriais assumiu grande importância na

⁹ Inclui empresas que produzem máquinas, equipamentos, fertilizantes, melhoramento genético, medicamentos veterinários, etc, bem como empresas e instituições prestadoras de serviços em áreas de pesquisa como a EMBRAPA, universidades (ARAÚJO, 2007).

¹⁰ Inclui o preparo e manejo do solo, podas e colheita e atividades pós-colheita dentro da propriedade beneficiamento, transporte interno, armazenamento, classificação, etc. (ARAÚJO, 2007).

economia mundial¹¹ e na contribuição ao crescimento das economias. Segundo Araújo (2007, p. 27), também é muito importante analisar, além do efeito de todo o setor sobre o crescimento, a participação dos diversos segmentos que compõem o agronegócio. “Embora todos tenham crescimento absoluto, eles crescem de forma desproporcional”. É esta abordagem que será utilizada nesse trabalho, para analisar o agronegócio brasileiro, um setor que, historicamente, sempre teve participação na economia brasileira, como será apresentado na próxima seção.

2.1 Política Econômica e o Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro

A história da economia brasileira, com suas implicações culturais, sociais e políticas, têm raízes junto ao setor agrícola e às políticas voltadas para este setor. Desde o século XVI, quando teve início a ocupação do território brasileiro (por intermédio de sesmarias) até o início da década de 1930 (século XX), o principal setor de atividade econômica do País foi o agrícola. Ao longo deste período, o desenvolvimento da economia esteve ligado a vários ciclos agroindustriais: a exploração do pau-brasil, sua primeira atividade econômica (que nomeou o País); a monocultura da cana-de-açúcar, com desenvolvimento no Nordeste; ao ciclo da borracha (extração do látex), dando notabilidade à região amazônica; e, ao ciclo do café - que durante o modelo de desenvolvimento voltado para fora (Agroexportador) foi a principal fonte de geração de renda, emprego e poupança interna (RENAI, 2007; GREMAUD, *et al.* 2017).

No final do século XIX, concluída a etapa de “gestação” da economia cafeeira, a exportação do café permitiu ao setor aproveitar as condições que estavam disponíveis para se expandir e lavar o País a reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial. Este processo de expansão da economia cafeeira ocorreu com políticas de proteção ao setor (valorização do café), levando a formação e fortalecimento de uma nova classe dirigente que lideraria este processo. De 1906 até a crise de 1929, a política de valorização do café - inicialmente colocada em prática pelos estados cafeicultores (liderados por São Paulo) e posteriormente apoiada pelo governo federal – garantiu a expansão do setor (aumento da oferta), a manutenção da renda e do nível de emprego da economia (GREMAUD, *et al.* 2017).

Este mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência, no entanto, o resultado desta política deixou o setor em situação bastante vulnerável: entre 1925 e

¹¹ A nível mundial, os dados mostram que em 1999 o agronegócio participou com US\$ 6,6 trilhões, o que equivale a 22% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No ano de 2003, o comércio internacional do agronegócio movimentou cerca de US\$ 7,3 trilhões “As projeções para o ano de 2028 apontam para o valor de US\$ 10,2 trilhões, com crescimento anual de 1,46% ao ano” (ARAÚJO, 2007, p. 27).

1929 a produção cresceu fortemente (quase 100%) enquanto as exportações mantiveram-se praticamente estabilizadas (em cerca de 66%). Uma situação perfeitamente caracterizada de desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda. Entre 1920 e 1929, a renda dos países industrializados cresceu enquanto o consumo de café se manteve estável. As possibilidades de expansão do mercado consumidor eram praticamente nulas (GREMAUD, *et al.* 2017; FURTADO, 2007).

Em 1929, quando a economia mundial entrou em crise, para evitar que os estoques invendáveis pressionassem os mercados acarretando maiores baixas de preços, o governo brasileiro passou a intervir fortemente, comprando e destruindo os excedentes de café (financiado por uma política de expansão de crédito) e promovendo desvalorizações do câmbio, na tentativa de manter o nível de emprego e renda interna, mas esta política não pode mais ser sustentada. A Grande Depressão mostrava que o modelo de desenvolvimento dependente das exportações agrícolas adotado pelo País era insustentável.

Assim, na década de 1930, a economia brasileira adotou um novo modelo de crescimento denominado na literatura de Modelo de Desenvolvimento por Substituição de Importações ou Industrialização por Substituição de Importação (ISI), cujo marco foi a mudança de centro dinâmico, o qual passou a ser caracterizado pela importância do processo de industrialização e da expansão do mercado interno. A industrialização passou a ser a meta da Política Econômica (FURTADO, 2007; GREMAUD, *et al.* 2017). A partir de então, o processo de evolução da agricultura brasileira esteve ligado ao processo de substituição de importações.

Nas décadas de 1960 e 1970, a pauta de políticas voltadas para a transformação do panorama produtivo brasileiro (do setor primário para secundário) ganhou maiores proporções, com a chegada no mercado nacional de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos, ou seja, com a entrada de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, herbicidas etc. A chegada das multinacionais coincide com o aumento da utilização de maquinários e insumos fornecidos por estas empresas na agricultura brasileira. Assim, a dinâmica industrial passou a influenciar direta e definitivamente o desenvolvimento da agricultura modernizando e transformando-a em um ramo agroindustrial, que utilizava insumos produzidos por essas novas empresas e vendia matérias-primas para outros ramos industriais (AGRA; SANTOS, 2019).

Neste período, segundo Coelho (2005), a modernização da agricultura no Brasil fazia parte da ambição de diversos grupos orientados pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Neste aspecto, a mudança no padrão tecnológico incidia, sobretudo, na maior

oferta de produtos para exportação integrada com os setores de bens de produção agrícolas. Como o intuito era ganhar escala produtiva, o modelo tecnológico vigente era insuficiente. Consequentemente, isso demandava e estimulava pesquisas relacionadas a geração de tecnologia.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil se empenhou para profissionalizar pesquisadores em ciências agrárias, criando cursos de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, em parceria com o Sistema Embrapa, utilizando seus centros de pesquisa por produto; temas estratégicos e ecossistemas; treinamento intensivo de pesquisadores e professores em centros de excelência no mundo; e, montagem de laboratórios especializados. Os resultados puderam ser observados já no curto prazo, destacando-se o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura tropical dos cerrados, com a correção dos solos de baixa fertilidade, desenvolvimento de variedades adaptadas a diferentes regiões do País, entre outros, aumentando assim a produtividade da pecuária e da agricultura. (ALVES *et. al.*, 2005). Com a utilização de novas tecnologias no campo como um produto da evolução agrícola, surge na década de 1970, os complexos agroindustriais brasileiros, ficando evidente a integração entre o campo e a indústria.

Para Aguiar (1986), a evolução da agricultura brasileira não foi apenas uma simples modernização da suas técnicas, isto seria simplificar em muito o significado desta evolução. É importante considerar que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. O processo de modernização teve significado maior devido a abertura do mercado nacional para as empresas internacionais, trazendo o modo de produção capitalista para o campo brasileiro.

Com a mecanização das lavouras ocorreu uma verdadeira expulsão do homem do campo. No período de ápice do processo, entre as décadas de 1970 a 1980, foram mais de 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas propriedades. Sem terra e sem emprego suficiente para todos que haviam perdido suas terras, os ex-produtores agrícolas foram forçados a vender a sua força-de-trabalho nas áreas metropolitanas, aumentando assim, o êxodo rural (MARTINE, 1990).

Neste contexto, as relações de trabalho passaram também por transformações, passaram a ser modernizadas. O aumento do êxodo rural e o súbito aumento da mão de obra nos centros urbanos levam a um assalariamento parcial e precário e a um aumento da sazonalidade do trabalho. Segundo Silva (1996), o trabalhador que tinha um papel ativo e em tempo integral nos campos, passa a ser um trabalhador parcial nas cidades, com a utilização de máquinas, se tornando apenas um operador do maquinário.

Em paralelo a estas modernizações, ocorreu a primeira crise do petróleo (1973), impactando diretamente nos preços e custos de produção da agricultura. Apesar do aumento dos custos, a economia brasileira continuou em crescimento com o crédito barato, devido ao financiamento internacional (Petrodólares); e, à criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que tinha como objetivo reduzir os impactos da crise recente do petróleo. O Proálcool foi uma política introduzida pelo governo com o objetivo de incentivar os produtores rurais e indústrias a produzirem mais a cana-de-açúcar e o álcool para reduzir a dependência do Brasil em relação ao petróleo e seus derivados. Neste período, o crescimento da agricultura brasileira se baseava em quatro variáveis fundamentais: i) grande disponibilidade de terras a baixos preços; ii) crédito rural farto; iii) governo investindo em pesquisa agrícola; e, iv) serviço de extensão rural generalizados (VIEIRA; FISHLOW, 2017).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, novamente a crise mundial do petróleo (Segundo Choque em 1979) impactou o crescimento da agricultura brasileira. O aumento das taxas de juros norte americanas e o fim dos financiamentos a baixo custo com crédito internacional, desestabiliza a economia, levando ao recuo dos serviços de extensão de terras agrícola e as políticas de créditos rurais (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Além dos problemas advindos do Segundo Choque do Petróleo, durante toda a década de 1980, a economia brasileira enfrenta uma crise causada pelas elevadas taxas de inflação, busca pelo controle inflacionário e pelo equilíbrio ou saneamento das contas externas. Esta crise levou a queda no investimento e a baixas taxas de crescimento do PIB quando comparadas às taxas observadas nas décadas anteriores - em 1970 o PIB cresceu 8,6% (GIAMBIAGI *et al*, 2011). Segundo Medeiros (2009, p. 4), apesar da crise econômica, do “desmonte das políticas de incentivo a produção do setor e da proteção contra importações agrícolas”, o setor conseguiu manter um bom desempenho, apresentando uma taxa de crescimento médio do PIB agropecuário no período de 1980-89 de 4,0% (semelhante à taxa observada de 1970-79 que foi de 4,3%), enquanto o crescimento do PIB total caiu para 3,0%.

Na década de 1990 observa-se mais mudanças na condução da política econômica. Tem início o processo de abertura comercial, que eliminou a proteção aos setores do agronegócio. A abertura junto com o Plano Real - política de estabilização da inflação que introduziu uma nova moeda baseada no câmbio apreciado – estimulou as importações. Além disso, o processo de desmonte das políticas se ampliou com: “(...) o desmonte do serviço federal de extensão rural, com a redução dos recursos para pesquisa agropecuária, com a liberação das importações e cortes significativos dos recursos de crédito rural e da política de garantia de preços mínimos (PGPM) entre outras”. Assim, como consequências destes fatores, observa-se de 1990 a 1998,

um crescimento médio do PIB agropecuário de apenas 1,7% a.a., valor inferior ao crescimento do PIB brasileiro que foi de 1,9% a.a. (MEDEIROS, 2009, p. 4).

Em 1999 a adoção do câmbio livre e a consequente desvalorização cambial teve um impacto positivo sobre o setor agroexportador e durante a primeira metade da década de 2000 (até 2004) ocorreu um *boom* das *commodities*. No período de 1999 a 2004, o PIB agropecuário cresceu a uma taxa média de 5,3% a.a, enquanto o PIB total cresceu 2,3% a.a. Neste período, o desempenho surpreendente do agronegócio brasileiro nas exportações foi resultado do amadurecimento dos investimentos realizados nas décadas de 1970 e 1980 que levaram a modernização do setor. Porém, começam a surgir outros problemas: de infraestrutura e a estrutura do setor agropecuário em si, o que vai impactar na competitividade da agropecuária brasileira até os anos mais recentes. Estes problemas evidenciam a necessidade urgente de estimular investimentos produtivos, aplicados na reorganização institucional do setor, melhorando a infraestrutura, especialmente da logística (MEDEIROS, 2009; PÉREZ, 2010).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo do presente trabalho é analisar a evolução do agronegócio brasileiro no período 2010 a 2018, especificamente a evolução do PIB do Agronegócio (PIB-Agro) em relação ao PIB total do País (PIB-BR); a participação do setor na balança comercial e o mercado de trabalho. Para atingir estes objetivos é importante classificar o trabalho adequadamente. Isto permite que se tenha a definição dos procedimentos utilizados e dos meios para obtenção das informações e dados do estudo.

Portanto, quanto à classificação, a pesquisa pode ser qualificada como bibliográfica e descritiva. Bibliográfica porque busca analisar e conhecer a evolução do agronegócio (PIB-Agro) no período 2010 a 2018, a partir de trabalhos científicos já existentes sobre o tema. Descritiva porque tem como objetivo descrever os efeitos de um período de crise na economia brasileira, sobre a balança comercial e o mercado de trabalho do setor. Ainda em relação à pesquisa descritiva Marconi e Lakatos (2003) falam que este tipo de pesquisa procura observar o fenômeno como ele realmente se apresenta, sem manipulação por parte do pesquisador. Além disso, Figueiredo (2008) aponta que este tipo de pesquisa busca registrar, interpretar e analisar os fatos pesquisados. A pesquisa descritiva é utilizada com o objetivo de buscar uma melhor compreensão do comportamento dos diversos fatores que influenciam determinado fenômeno (OLIVEIRA, 2001).

Quanto ao procedimento técnico utilizado para obtenção das informações usadas na pesquisa, foi adotada a documentação indireta. Conforme a classificação proposta por Marconi e Lakatos (2003), a documentação indireta é resultado da pesquisa documental e bibliográfica. Documental por se tratar de materiais que não receberam tratamento analítico e que estão disponíveis em sites e instituições públicas e privadas, como Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o Banco Central do Brasil (BCB). Bibliográfica por usar materiais sobre o tema que foram elaborados e publicados em livros, artigos científicos, dissertações e monografias.

O espaço temporal definido no trabalho para analisar o desempenho do agronegócio foi de 2010 a 2018 e foi escolhido com o objetivo de captar o comportamento do setor no período anterior e durante o acirramento da crise política e econômica que o Brasil enfrentou neste período e assim, para permitir a comparação entre estes dois momentos diferentes da economia.

Em relação ao tipo de dados, a pesquisa utilizou dados secundários para as seguintes variáveis: i) PIB-BR – medido pelo PIB a preço de mercado e obtido junto ao IBGE, e o PIB-Agro medido pelo PIB renda e obtido junto ao CEPEA; ii) para análise da balança comercial foram usados dados sobre exportação e importação medidos em valor (US\$) e em quantidade comercializada, para o Brasil – obtidos do MDIC, e, para o agronegócio – obtidos do MAPA (sistema Agrostat); e, iii) para os variáveis referentes a análise do mercado de trabalho do agronegócio foram utilizados dados sobre População Ocupada no Agronegócio e no Brasil e rendimentos do agronegócio. Devido à baixa disponibilidade de dados filtrados de maneira coerente para o setor do agronegócio, foi utilizada a base do CEPEA/ESALQ-USP, disponível apenas para o período de 2012 a 2018 – neste caso, os dados utilizados estão em período inferior ao utilizado para as demais análises, porque só passaram a ser disponibilizados com a alteração da PNAD Continua em 2012 que possibilitou uma série histórica com maior frequência e confiabilidade. (CEPEA, 2015)

Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se em algumas análises do texto o cálculo da taxa de crescimento geométrico para mostrar a evolução do agronegócio brasileiro no período de 2010 a 2018. A utilização desta taxa é pertinente, pois permite uma melhor visualização desta evolução no período estudado. A taxa de crescimento geométrico é dada pela seguinte fórmula:

$$i = \left[\sqrt[t]{\left(\frac{VF}{VI}\right)} - 1 \right] \times 100$$

Onde: i é a taxa de crescimento geométrico; t é o número de anos do período; VF é o valor de determinada grandeza no período final; e, VI é o valor de determinada grandeza no período inicial.

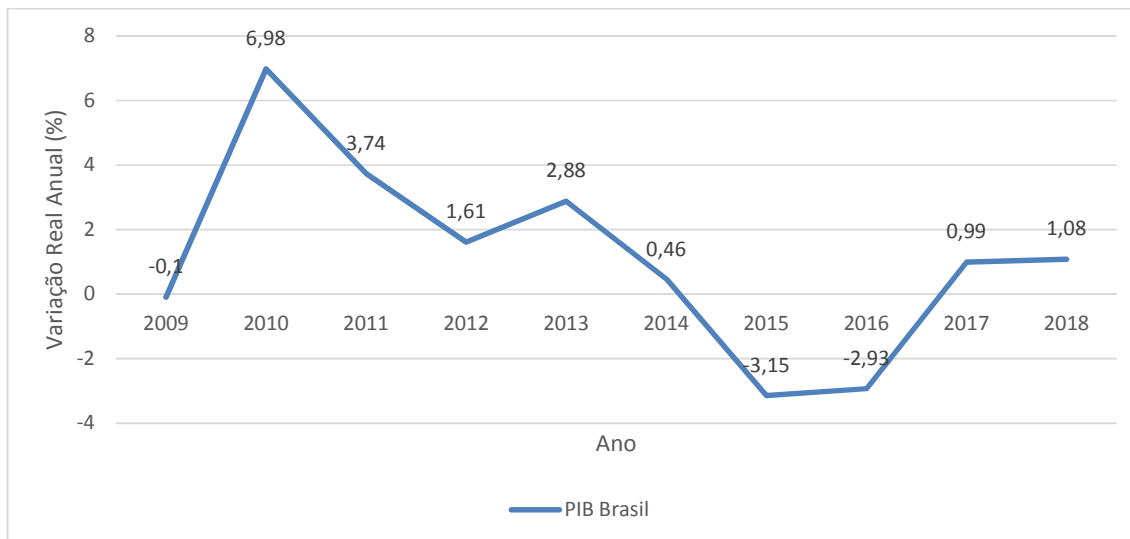
4 A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DE 2010 A 2018: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa tem como principal propósito analisar o desempenho do agronegócio brasileiro no período de 2014 a 2018, período em que o País enfrentou uma grave crise política e econômica com efeitos sobre todos os setores e o próprio agronegócio teve suas crises particulares - operações Carne Fraca e Trapaça e a greve dos caminhoneiros – com impactos específicos no setor. Para analisar este período foram escolhidos três aspectos, e portanto, o capítulo está dividido em três seções: a primeira analisa a participação do PIB do Agronegócio (PIB-Agro) no PIB-Brasil (que representa a produção de todas as unidades produtoras da economia de um país ou região em período predefinido a preços de mercado); a segunda, analisa a evolução da participação do agronegócio (balança comercial do agro, BC-Agro) na balança comercial brasileira e apresenta a composição da BC-Agro; e, a última seção analisa o comportamento do mercado de trabalho do agronegócio na geração de emprego.

4.1 Participação do Agronegócio no Produto Interno Bruto Brasileiro

Para analisar a participação do PIB do Agronegócio no PIB-Brasil é importante destacar que de 2010 a 2018 o país vivenciou momentos distintos do ponto de vista econômico e político que podem ser percebidos pelos dados sobre o PIB brasileiro, apresentados no gráfico 1. Percebe-se que em 2010 apresentou uma significativa taxa de crescimento do PIB, influenciado pelo aumento do consumo das famílias, que se beneficiavam da redução de impostos e expansão do crédito, aliado ao aumento dos gastos públicos, segundo Lacerda (2011). Entre 2010 e 2012 ocorreu uma queda significativa da taxa de crescimento do PIB, observando que em 2011, o crescimento do PIB foi 47% inferior ao ano anterior. Isto pode estar associado ao primeiro ano do governo Dilma, sendo marcado pelo efeito do ciclo político e primeiro ano de mandato, com a tentativa de priorizar a política monetária ao invés da política fiscal. Além disso, a preocupação com o aumento da inflação, levou a realização de mudanças na política econômica, com reversão da política fiscal expansionista dos anos anteriores, juntamente com o início da redução da taxa de juros pelo Banco Central. (TEIXEIRA; DWECK, 2017)

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Brasileiro à preços básicos de 2010 a 2018: variação real anual.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEA

Durante todo o período de 2010 a 2015, a queda na taxa de crescimento do PIB também pode ter sido influenciada pela retirada dos investimentos do “Grupo Petrobrás” e a baixa do preço do barril de petróleo que estava ocorrendo no mercado internacional - influenciando diretamente nos lucros da Petrobrás - além das recentes investigações da Polícia Federal Brasileira, nomeada “Operação Lava-Jato” que identificou um esquema de propina entre empresas, políticos e cargos de chefia da Petrobrás, para obtenção de privilégios em licitações para exploração e execução de serviços para o Grupo Petrobrás. Estes fatores geram um cenário de crise política fazendo com que a economia continue em queda na taxa de crescimento do PIB. Além disso, ocorre nesta fase um o longo período de estiagem nas lavouras da região Sul e Sudoeste do Mato Grosso do Sul, afetando diretamente a economia do país; e com a inflação chegando ao limite da meta estipulada em 6,5% para o ano de 2012.

Entre 2012 e 2013, o PIB-BR apresenta uma leve recuperação crescendo 2,88%. Esta recuperação pode ser resultados dos gastos com as obras que estavam sendo realizadas para a Copa do Mundo que aconteceria em 2014. Em virtude da realização da copa, o país virou um “Canteiro de Obras” que impactou o país de norte a sul, com gastos para reforma e criação de estádios e modernização nas infraestruturas de transportes das cidades.

Em 2014, a economia seria afetada ainda por fatores como os protestos da população contra a Presidenta Dilma iniciados em 2013 e que se intensificam em 2014, passando a ocorrer nas grandes capitais do país, especialmente naquelas que sediaram a Copa do Mundo. Além

disso, as eleições presidenciais que ocorreriam também neste ano, tornou o clima político totalmente insalubre. A cada nova medida da Presidenta Dilma, o Congresso Nacional fazia as chamadas “pautas bombas” para evitar vitória do governo, tornando a economia ainda mais instável. Neste contexto o país praticamente entrou em recessão, com taxa de crescimento de 0,46%, entre 2013 e 2014, se agravando em 2015 e 2016 (quando houve o *impeachment*), quando apresentou taxas negativas de crescimento de 3,15% e 2,93%, respectivamente. Nos anos de 2017 e 2018, o então presidente Michel Temer conseguiu amenizar a crise social e política que estava instalada no país, e nestes dois anos o Brasil consegue ter um crescimento real do PIB de 0,99% e 1,08%, respectivamente.

Neste contexto de tanta instabilidade política e econômica que marca o período de 2010 a 2018, o desempenho do agronegócio brasileiro pode ser considerado fundamental para amortizar os efeitos da crise sobre o PIB brasileiro. Em todo o período analisado, pode-se verificar que o agronegócio manteve relativamente estável sua participação no PIB–Brasil. Estes dados encontram-se na tabela 01.

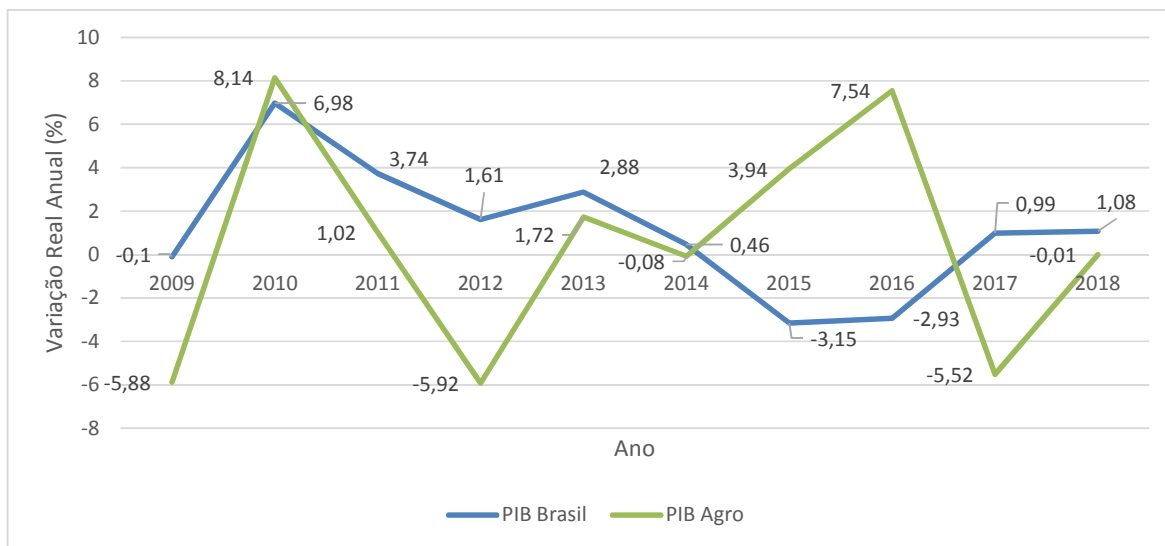
Tabela 1 – Participação do PIB Agro e seus subsetores no PIB Brasil do período 2010 a 2018.

Ano	Insumos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agronegócio Total
2010	0,93%	4,88%	6,77%	9,06%	21,64%
2011	0,97%	5,39%	6,21%	8,46%	21,03%
2012	0,98%	4,71%	5,91%	7,81%	19,41%
2013	0,98%	4,75%	5,72%	7,71%	19,17%
2014	0,95%	4,70%	5,66%	7,75%	19,06%
2015	0,96%	4,89%	6,09%	8,60%	20,54%
2016	1,01%	5,71%	6,60%	9,53%	22,84%
2017	0,93%	5,25%	6,26%	8,91%	21,35%
2018	1,04%	5,09%	6,30%	8,71%	21,14%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

Os dados acima mostram que de 2014 até 2016, no momento mais crítico da crise econômica, o agronegócio consegue manter uma participação média de 20,81% no PIB – Brasil. Entre 2014 e 2015 a participação aumenta de 19,06% para 20,54% e depois para 22,84% em 2016. Analisando estes anos em termos de crescimento (Gráfico 2), tem-se que entre 2014 e 2015 enquanto o PIB-BR reduziu 3,15%, o PIB-Agro cresceu 3,94%; e, de 2015 para 2016, o PIB-BR reduziu 2,93%, o PIB-Agro cresceu 7,54%.

Gráfico 2 – Variação do PIB Brasileiro e PIB Agronegócio do período 2010 a 2018.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEA e CEPEA

No período de 2010 a 2012 o Agronegócio foi afetado por fatores como a crise econômica na Europa - causada pelo alto endividamento da Grécia que chegou a 165% do seu PIB e pela taxa de desemprego na Espanha, girando em torno de 25% (GALLAS; 2012). Além da crise, ocorreu a variação cambial do dólar nesse período que iniciou o ano de 2010 com um valor médio de R\$ 1,67, caindo para R\$ 1,55 no segundo semestre. Esta apreciação cambial beneficia os importadores em detrimento dos exportadores nacionais, e pode levar ao desestímulo a produção, abrindo oportunidade para a queda no PIB-Agro, prejudicando assim os produtores que fornecem para o mercado interno e externo.

O setor iniciou o ano de 2012, com uma retração de 0,11% (BARROS *et. al.*; 2012). Esta retração pode ser explicada pelo cenário de incertezas causado pela instabilidade política. Neste ano, o preço médio anual dos produtos agrícolas chegou a ter um recuo de 3,63%, sendo afetada pelo grande período de estiagem da região Sul e sudoeste do Mato Grosso do Sul, afetando diretamente as lavouras de milho e soja, fazendo com que a renda dos produtores fosse prejudicada. De acordo com dados da Conab, a safra nacional de grãos para a temporada de 2011/2012 foi de 157,81 milhões de toneladas, atingindo 3,1% de retração se comparada com a safra passada.

De 2013 a 2016 pode-se verificar a tendência de crescimento do PIB Agro. Isto foi resultados das condições favoráveis do mercado e a melhoria no apoio ao produtor, por meio de reduções nas taxas de juros e ampliação no volume de recursos de financiamento ao setor, inclusive através do programa de sustentação dos investimentos (PSI). Estes fatores

contribuíram para que a produção brasileira de grãos na safra 2012/13 atingisse novo recorde, se situando em 184,1 milhões de toneladas, nível este bem superior ao estimado por ocasião do lançamento do plano agrícola e pecuário para essa safra. Esse incremento de produção se refletiu no aumento da renda do produtor.

Entre 2013 e 2014, PIB Agro apresentou uma queda de 0,08%, praticamente nulo, mas este marca um ponto de recuperação do setor nos anos seguintes, de 2014 a 2016, quando o setor passa ter crescimento positivo, e em sentido contrário ao PIB Brasil.

No ano de 2017 o agronegócio foi afetado por crises nacionais e internacionais decorrentes das ações da Polícia Federal Brasileira, que teve como alvo o setor pecuário brasileiro, gerando impacto momentâneo nas exportações. No primeiro momento da Operação Carne Fraca, países como, Coreia do Sul, União Europeia, China, Egito, Argélia, Hong Kong, Japão, Chile, Jamaica, Suíça, México, Emirados Árabes Unidos, Panamá, Bahamas, África do Sul e Arábia Saudita, tiveram atitudes negativas com relação a importação de carnes brasileira e decidiram a interrupção total ou parcial das importações. Com os resultados das investigações da Operação Carne Fraca, foi deflagrada a Operação Trapaça, tendo intuito de apurar indícios de fraudes nos laudos laboratoriais, que eram emitidos por empresas privadas e credenciadas à Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS).

Porém mesmo com as operações Carne Fraca e Operação Trapaça, o setor do Agronegócio conseguiu uma pequena recuperação passando de - 5,52% entre 2016-2017 para -0,01% entre 2017-2018. Neste último período as variações entre os subsetores do agronegócio foram altas. No ramo agrícola houve um crescimento de 4,6% e no ramo pecuário houve uma retração de 10,91%. Esta retração do mercado de carnes se deu ao baixo ritmo da atividade econômica interna e ao fechamento de mercados internacionais devido a crises que afetaram diretamente o setor.

Quando analisados os subsetores do agronegócio e sua participação no PIB-Agro ano a ano, percebe-se grandes variações. Estes dados encontram-se na Tabela 2. Os subsetores do Agronegócio que levaram ao PIB Agro ter o crescimento negativo no ano de 2012 foram o da Agropecuária teve queda de -10,97%, o da Indústria, com taxa de - 3,05% e o de Serviços com taxa de -5,82%, apenas o subsetor de Insumos que obteve crescimento positivo de 2,95%. Então o principal subsetor que fez a taxa de crescimento do Agronegócio ser negativa foi a Agropecuária, devido a problemas climáticos que ocorreram nas regiões Sul e Nordeste, com a estiagem. (EMBRAPA, 2012; EMBRAPA, 2019)

Tabela 2 – Variação do Agronegócio e seus subsetores no PIB Agro no período 2010 a 2018.

Ano	Insumos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agronegócio Total
2010	1,42%	21,73%	2,89%	6,51%	8,14%
2011	7,82%	14,88%	-4,53%	-3,00%	1,02%
2012	2,95%	-10,97%	-3,05%	-5,82%	-5,92%
2013	3,62%	3,97%	-0,30%	1,66%	1,72%
2014	-2,99%	-0,61%	-0,65%	1,05%	-0,08%
2015	-2,28%	0,34%	3,88%	6,93%	3,94%
2016	1,48%	12,88%	4,77%	7,14%	7,54%
2017	-6,22%	-7,10%	-4,13%	-5,45%	-5,52%
2018	12,40%	-2,10%	1,66%	-1,25%	-0,01%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

No período de 2013 a 2016, o agronegócio teve taxa de crescimento média de 3,28%, com uma leve retração no ano de 2014, sendo impulsionada pelo subsetor de Insumos, que obteve uma taxa negativa de crescimento de 2,99%, conforme demonstrado na tabela 1.

Nos anos seguintes de 2017 e 2018, o agronegócio tem um crescimento negativo de 5,52% e 0,01%, respectivamente. Os subsetores que ficaram com crescimento negativo em 2017 foram Agropecuária, Insumos, Serviços e Indústria, fechando o ano com uma taxa de crescimento negativa de 5,52%, impactado pela Operações Carne Fraca, que ocorreu em março de 2017. Em 2018, o ano começou com a greve dos caminhoneiros, seguido pela Operação Trapaça, que afetou diretamente as exportações do setor (Bernardes, 2018), com a recuperação dos subsetores de Insumos e Indústria, porém ainda com retração dos subsetores de Agropecuária e Serviços, fechando o ano com taxa negativa de 0,01%,

4.2 A Participação do Agronegócio na Balança Comercial Brasileira

O Objetivo desta seção é apresentar a participação do agronegócio na balança comercial brasileira. Isto permite entender se, no período analisado, o agronegócio pode ser considerado um vetor de crescimento da economia.

A Balança Comercial (BC) é uma subconta da Conta Corrente¹² e, em sua versão mais básica, registra as transações de compra (importação) e venda (exportação) do país com o exterior. Os valores das transações são registrados sem considerar os custos de fretes,

¹² A Conta corrente é uma das seis contas principais que compõem o Balanço de Pagamentos. Para detalhes ver Feijó e Ramos, (2008)

comissões, seguros etc., ou seja, são registrados pelo seu valor “*free on board*” (FOB) (FEIJÓ; RAMOS, 2011). O resultado ou saldo da BC é dado pela diferença entre Exportações (EX) e Importações (IM). Quando $(EX - IM) > 0$, tem-se *superávit* na BC - o país exportou mais do que importou; Quando $(EX - IM) < 0$, tem-se *déficit*, sendo a importação superior as exportações, deixando um saldo negativo na Balança Comercial.

O resultado da BC é influenciado por fatores interno e externos à economia local. De forma simplificada, a teoria econômica estabelece que as IM dependem do nível de renda da população interna e da taxa de câmbio e que as EX dependem da taxa de câmbio e da renda externa, ou seja, das condições econômicas dos países que são transacionam com o Brasil. Destacando que o câmbio pode se dividir em nominal e real, porém para determinar o fluxo comercial de exportações e importações utiliza-se a taxa de câmbio real. (LOPES e VASCONCELLOS, 2008)

Em se tratando da BC-Agro, o Brasil tem uma cesta de exportação constituída em grande parte por *commodities*, sendo os principais produtos aqueles oriundos do complexo de carnes, e derivados de animais, do complexo da soja, do complexo sucroalcooleiro (álcool e açúcar), madeira e derivados, café, milho, fumo e tabaco, fibras têxteis vegetais e algodão. O objetivo aqui não é demonstrar todos os bens comercializados pelo agronegócio no cenário brasileiro atual, e sim os principais produtos do ponto de vista econômico, que foram comercializados no período estudado.

Considerando o período de 2010 a 2018, a Balança Comercial brasileira gerou *superávit*, com exceção apenas do ano de 2014, que fechou com *déficit*. Neste ano, mesmo com a BC tendo um *déficit*, a Balança Comercial do Agronegócio se manteve estável. A Tabela 3, apresenta os dados da BC brasileira total e do agronegócio e permite analisar a evolução do mercado internacional do agronegócio e seu comportamento durante as crises vivenciadas pelo setor.

Os dados da tabela mostram que durante o período estudado, o agronegócio contribuiu em média, com 42% das exportações totais do país e esta participação se manteve acima dos 40% nos anos críticos para o setor, que foram 2017 e 2018, quando a divulgação das operações da PF (“Carne Fraca” e “Trapaça”) levaram à reação dos parceiros com suspensão temporária da exportação dos produtos envolvidos.

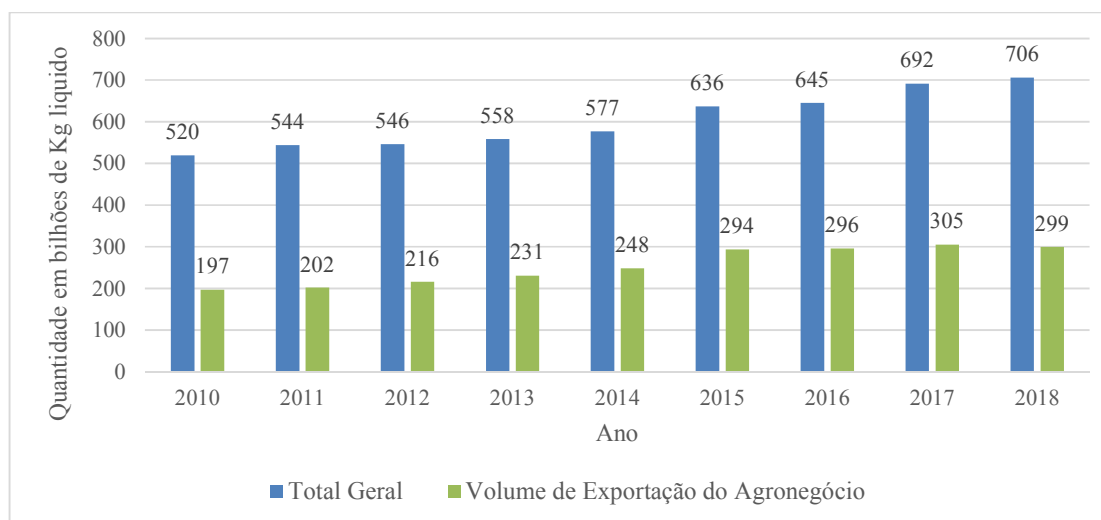
Tabela 3 - Evolução da balança comercial brasileira e do agronegócio 2010 a 2018.
(em US\$ bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo (US\$ bilhões)	
	Total Brasil	Agronegócio	Part.%	Total Brasil	Agronegócio	Part.%	Total Brasil	Agronegócio
2010	201,92	76,44	37,9	181,77	13,40	7,4	20,15	63,04
2011	256,04	94,97	37,1	226,25	17,51	7,7	29,79	77,46
2012	242,58	95,81	39,5	223,18	16,41	7,4	19,39	79,41
2013	242,03	99,97	41,3	239,75	17,06	7,1	2,29	82,91
2014	225,10	96,75	43,0	229,15	16,61	7,3	-4,05	80,13
2015	191,13	88,22	46,2	171,45	13,07	7,6	19,69	75,15
2016	185,24	84,93	45,9	137,55	13,63	9,9	47,68	71,31
2017	217,74	96,01	44,1	150,75	14,15	9,4	66,99	81,86
2018	239,89	101,69	42,4	181,23	14,04	7,7	58,66	87,65

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC **Elaboração:** DCNC / SCRI / MAPA

Destaca-se em todo o período o saldo da BC do agro. Esta evolução também pode ser vista no Gráfico 3, o volume da exportação total do Brasil em 2010 era de aproximadamente 520 bilhões de Kg líquido, a exportação do Agro era de aproximadamente 197 bilhões de Kg líquido, tendo evolução em todos os anos posteriores, com destaque no ano de 2017, que apresentou o maior volume de exportação para o período analisado, atingindo 305 bilhões de Kg líquido aproximadamente, fechando o ano de 2018 com aproximadamente 299 bilhões de Kg líquido. Pode-se observar que em 2018 houve um aumento de 52,07% no volume exportado do agronegócio, se comparado ao ano de 2010, que foi o ano de base da análise deste trabalho.

Gráfico 3 - Exportação do Agronegócio em Comparação a Exportação Brasileira no período de 2010 a 2018 (em bilhões de Kg líquido)

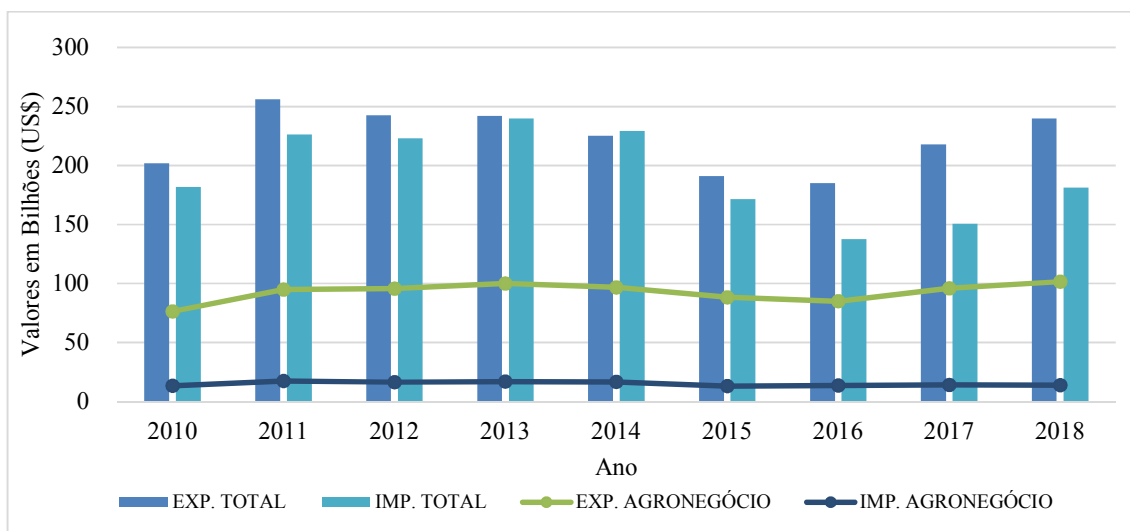


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC

O gráfico acima permite analisar que, apesar da operação Carne Fraca ocorrida em 2017, o volume da exportação do agronegócio neste ano cresceu, portanto não houve prejuízos se comparar com os anos anteriores. Porém no ano de 2018, com a crise dos caminhoneiros e nova operação da polícia federal, o setor fecha o ano com uma queda de 6 bilhões de Kg líquido exportados pelo agronegócio, enquanto o volume de exportação do Brasil aumentou em 14 bilhões de Kg líquido.

No gráfico 4, pode-se ver a evolução da balança comercial em valores monetários, comparando-se com o gráfico 3. Pode-se verificar que apesar da participação do agronegócio ter variação positiva durante todo o período de estudo, o crescimento do volume foi superior ao valor em US\$ das exportações do agronegócio, que cresceu aproximadamente 39,03% (quando considerado as EX em US\$ bilhões) frente ao crescimento do volume exportado que foi de 52,07%.

Gráfico 4 - Evolução da balança comercial brasileira e do agronegócio 2010 a 2018 (em US\$ bilhões)



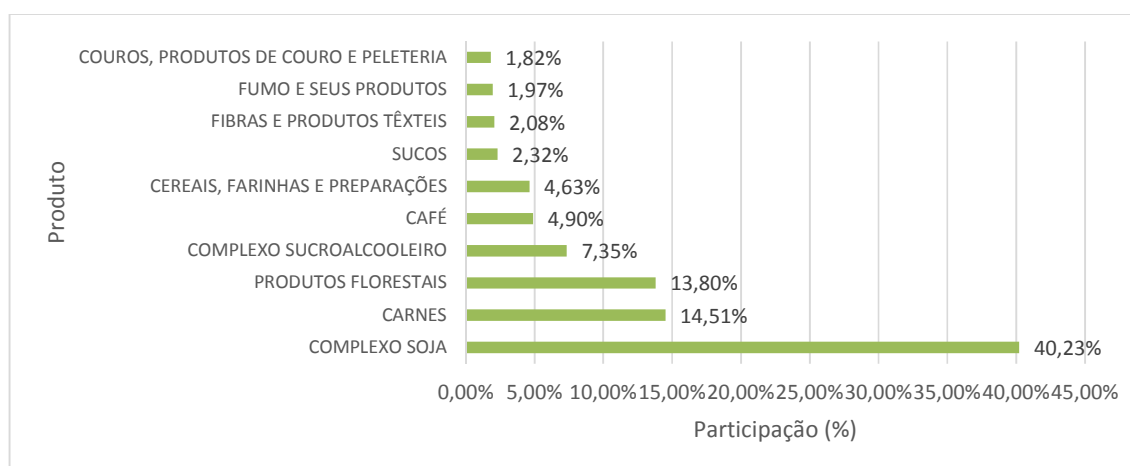
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC

Pelos dados da Tabela 3 e do gráfico acima, pode-se observar que o agronegócio possui uma considerável participação nas exportações brasileiras. Já a importação de produtos agrícolas é baixa em comparação com as exportações. No período estudado, o Brasil apresenta um aumento significativo na participação no comércio internacional do agronegócio,

fortalecendo sua posição como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos para mais de duzentos países, de acordo com os dados do AGROSTAT¹³.

Considerando o último ano da análise, 2018, quando o agronegócio teve participação de 42,4% nas exportações do Brasil, os principais produtos exportados foram: Complexo soja com 40,23% de participação, Carnes com 14,51%, Produtos florestais com 13,80%, Complexo sucroalcooleiro com 7,35%, Café com 4,90%, Cereais, farinhas e preparações com 4,63%, Sucos com 2,32%, Fibras e produtos têxteis com 2,08%, Fumo e seus produtos com 1,97%, Couros com 1,82%, produtos de couro e peleteria com 1,27% e os outros produtos da cesta de exportação do agronegócio somados com 6,39%.

Gráfico 5 - Participação dos Produtos do Agronegócio na Exportação em 2018



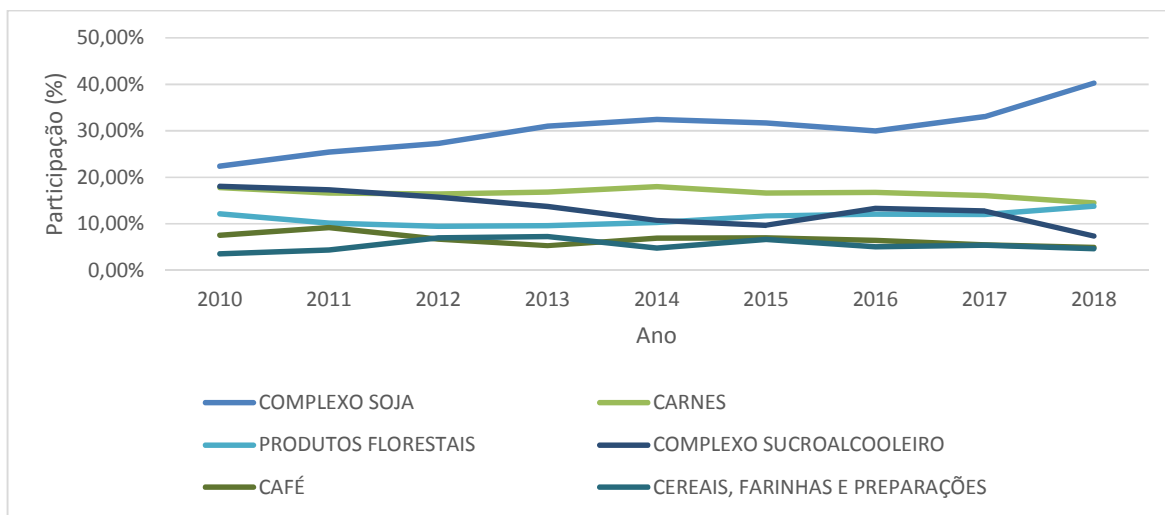
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Agrostat Brasil.

Ao considerar todo o período, 2010 a 2018, os principais produtos na pauta de exportação do agronegócio, apresentados no Gráfico 6, foram: o complexo da soja - que em 2010 tinha 22,39% de participação nas exportações do agronegócio, atingindo em 2018 uma participação de 40,23% - seguido da carne que tinha uma parcela de 17,81% em 2010, tendo uma redução ao longo do período até chegar em uma participação de 14,51%, e do complexo sucroalcooleiro que tinha uma participação de 18,05% em 2010, e durante o período de 2011 a 2018 teve a maior queda em relação aos demais produtos, ficando com participação de apenas 7,35% no ano de 2018. Os demais produtos tiveram variações singelas se comparada ao complexo da soja.

¹³ Sistema do AGROSTAT disponibiliza os dados em <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>

Destaca-se que em 2018, o Brasil foi o maior exportador do complexo da soja, chegando a obter 56% do total de exportação deste produto em nível mundial, ficando à frente do Estados Unidos que foi responsável por 29% da exportação e os demais países com 15%, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE¹⁴.

Gráfico 6 – Principais Produtos Exportados pelo Agronegócio de 2010 à 2018

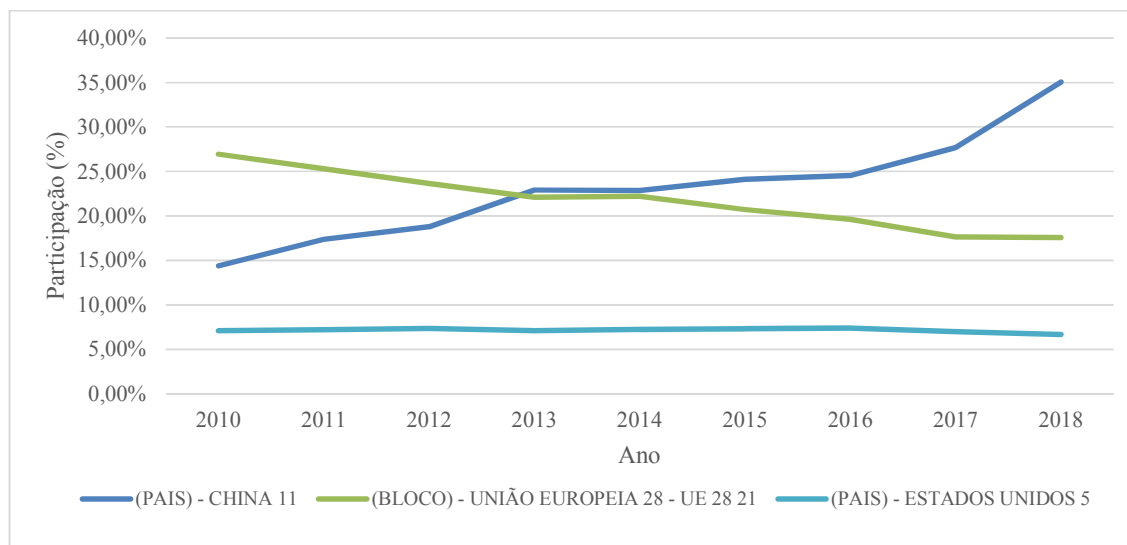


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Agrostat Brasil.

Em relação aos principais destinos dos produtos exportados pelo Brasil, apresentado no Gráfico 7, no ano de 2010 a União Europeia, China e Estados Unidos ocupavam os três primeiros postos do ranking de importadores dos produtos do agronegócio brasileiro, respectivamente. Porém em 2013 houve uma mudança, a União Europeia que ocupava o primeiro lugar durante os anos de 2010 a 2012, com participação média de 25,29% durante o período, passou a ocupar a segunda posição com taxa de participação média de 21,75% de 2013 a 2018, ficando no final do ano de 2018 com a participação de 17,58%. A China que ocupava a segunda posição do ranking com 16,85% em média de participação nas exportações do agronegócio brasileiro durante o período de 2010 a 2012, passou a ocupar a primeira posição com participação média de 23,07%, chegando a participação de 35,04% no ano de 2018. Os Estados Unidos se manteve durante todo o período de 2010 a 2018 estável na terceira posição, com participação média de 7,14%, iniciando o período do estudo com uma taxa de 7,07% e finalizando em 2018 com uma redução de 6,67% das exportações do agronegócio.

¹⁴ Mais detalhes em: http://abiove.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Abiove_Exporta%C3%A7%C3%A3o.pdf

Gráfico 7 - Participação dos países de destino das exportações do agronegócio no período de 2010 a 2018.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Agrostat Brasil.

4.3 Mercado de Trabalho do Agronegócio

Esta seção tem como objetivo analisar a importância do agronegócio em relação ao mercado de trabalho e renda, ou seja, analisar em que magnitude o agronegócio brasileiro influenciou no nível de renda e emprego no período estudado.

O Mercado de Trabalho do agronegócio compreende toda a mão de obra empregada na cadeia produtiva relacionada à agropecuária, envolvendo o setor de insumos, agroindústria/processamento e distribuição/serviços (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Os dados sobre a participação do agronegócio no mercado de trabalho brasileiro para o período de 2012 a 2018 (apresentados na Tabela 04), mostram que o setor, perdeu participação no mercado de trabalho formal. Não apenas participação, mas também encerrou postos de trabalhos. Quando se compara 2012 com 2018, percebe-se uma redução de 1.362.038 postos de trabalho no setor.

Tabela 4 – Pessoal Ocupado no Agronegócio por Segmento (Em Número de Pessoas)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa de Crescimento Anual
Agronegócio Total	19.492.500	19.341.143	19.119.666	18.996.751	18.417.506	18.124.946	18.130.462	-1,03%
Insumos	174.562	184.739	230.203	233.598	198.389	224.489	216.756	3,14%
Agropecuária	9.886.984	9.674.375	9.073.473	9.008.341	8.877.703	8.344.200	8.199.731	-2,64%
Indústria	4.046.651	3.957.713	4.156.753	4.107.965	3.768.079	3.847.616	3.842.387	-0,74%
Serviços	5.384.304	5.524.316	5.659.238	5.646.847	5.573.335	5.708.640	5.871.587	1,25%
Brasil Total	89.064.176	90.301.977	91.637.553	91.685.099	89.975.002	90.293.656	92.736.430	0,58%
Parti. do Agro no Total de Ocupados no País	21,89%	21,42%	20,86%	20,72%	20,47%	20,07%	19,55%	

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

Quando analisados em termos de taxa de crescimento, os dados acima mostram que, no período analisado a taxa de crescimento anual da população ocupada no mercado de trabalho do Brasil foi de 0,58% a.a, contra pondo a este crescimento o número de pessoas ocupadas no agronegócio teve uma taxa de crescimento negativa de 1,03% a.a, mostrando uma redução da força de trabalho no agronegócio. Apesar da taxa de crescimento anual do agronegócio ser negativa, os subsetores do agro, Insumos e Serviços, obteve uma taxa de crescimento anual positiva de 3,14% e 1,25% ao ano, respectivamente, e os subsetores da Agropecuária e da Indústria, tiveram taxa de crescimento negativa de 2,64% e 0,74% ao ano, respectivamente, no período de 2012 a 2018.

Em relação à participação do agronegócio no total de pessoas ocupadas no país, os dados acima mostram que no período de 2012 a 2018, houve uma redução ano a ano. Em 2012 a população ocupada no agronegócio correspondia a 21,89% do total ocupado no mercado de trabalho brasileiro, com um total de 19.492.500 postos de trabalho. Dentre estes, a sua maior parcela se alocava na Agropecuária, seguido de Serviços, Indústria e Insumos, respectivamente.

No ano de 2013, o agronegócio teve uma queda em sua participação de aproximadamente 0,47%, que significou um total de 151.357 postos de trabalho a menos que o ano anterior, apesar do Brasil ter apresentado um aumento de 1.237.801 pessoas ocupadas formalmente. No agronegócio houve uma queda nos ramos da Agropecuária e da Indústria, totalizando 301.547 pessoas ocupadas nestes dois ramos. Em contra partida, o subsetor de insumos e o de serviços tiveram um aumento de 150.190 postos de trabalho, reduzindo assim o impacto gerado pela perda de pessoas ocupadas nos subsetores da Indústria e da Agropecuária, fechando assim o ano com uma participação de 21,42% do agronegócio no total de pessoas

ocupadas, lembrando que o mercado de trabalho brasileiro neste ano teve um aumento de 1,4% aproximadamente.

Dois aspectos devem ser destacados dos resultados da Tabela 04. Primeiro, observa-se que em todos os anos do período analisado, o número de pessoas ocupadas na agropecuária diminuiu e isto pode ser reflexo de uma maior utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra neste segmento. Segundo, apesar da queda no número de pessoas ocupadas no segmento agropecuário, algumas atividades deste segmento, como a fruticultura, ainda é muito dependente de mão de obra, porque parte do processo de produção não pode ser feito por máquinas (o colheita de frutas como a uva, por exemplo). A demanda por mão de obra na área de frutas (atividade primária) é muito grande porque, muitas frutas são colhidas uma a uma no pé e as plantas precisam de cuidados culturais constantes, é o que destaca Barbosa (2016). Portanto, este segmento do agronegócio tem sido responsável pela manutenção do nível de empregos em regiões como a do Vale do São Francisco no Pernambuco, que produz fruticultura irrigada e que, segundo Barbosa (2016), é responsável por cerca de 30% das exportações de frutas (uva, manga, goiaba, coco etc.) do país.

Do período analisado destaca-se a mudança observada na população ocupada entre 2015 e 2016 quando verifica-se uma redução de aproximadamente 1,9% (1.710.097) no número total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho brasileiro. Este período coincide com um dos momentos críticos da crise política (*impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff) e econômica que o País enfrentava. Neste mesmo período, o agronegócio teve uma pequena redução na população ocupada de 0,25%, aproximadamente, com menos 579.246 pessoas ocupadas no setor. Todos os subsetores reduziram seus postos de trabalho, com destaque para a indústria (- 339.886) seguido de agropecuária (- 130.638), serviços (- 73.512) e insumos (- 35.209). Apesar da redução, o agronegócio mantém sua participação na população ocupada em torno de 20% em 2015 e 2016.

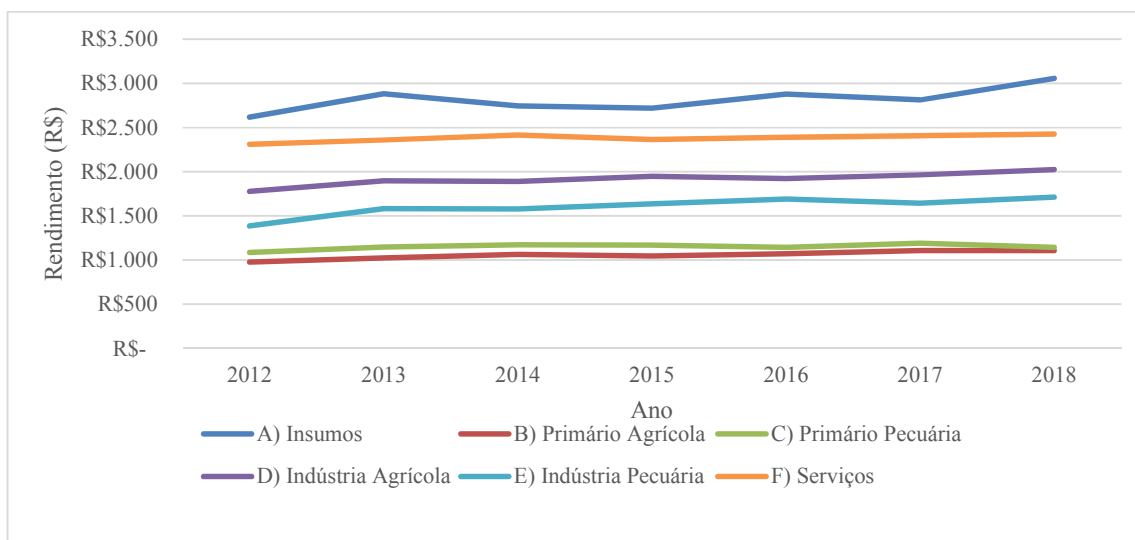
Em 2018, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma recuperação com o aumento de aproximadamente 2,7% (2.442.774) da população ocupada no mercado de trabalho formal, que se refletiu também no agronegócio onde o número de pessoas ocupadas teve um leve crescimento, se comparado ao ano anterior, com um total de 5.516 postos de trabalho a mais. Este crescimento porém não foi o suficiente para aumentar a participação total do agronegócio no mercado de trabalho brasileiro que caiu de 20,07% para 19,55, uma redução de 0,52%.

Este resultado observado para 2018 coincide com o apresentado no trabalho de Barros *et al.* (2019). Os autores mensuraram a composição do mercado de trabalho no agronegócio nacional, assim como em seus segmentos, com base nos dados da PNAD Contínua, para o ano

de 2018. De acordo com os resultados aproximadamente, 18 milhões de pessoas estavam ocupadas no setor nesse ano, o que representou cerca de 19% do total da população ocupada no Brasil. O estudo indica ainda que a maior parte dos ocupados no agronegócio concentrava-se nas atividades agropecuárias, com 45% do total de trabalhadores, ou quase 9% dos ocupados no país. Em seguida vem o segmento de serviços, com cerca de 32%, o da agroindústria com 21% e o de insumos, com apenas 1% do total dos ocupados no agronegócio brasileiro.

Além da participação do agronegócio na população ocupada do país, um aspecto importante a ser analisado diz respeito aos rendimentos gerados no setor. Para esta análise foram considerados três tipos de rendimentos: dos “Empregados”, dos “Empregadores” e por Conta Própria. Estes dados estão apresentados, respectivamente, nos gráficos 8, 9 e 10 para o período de 2012 a 2018.

Gráfico 8 - Rendimento dos Empregados no Agronegócio por Setor (em R\$)



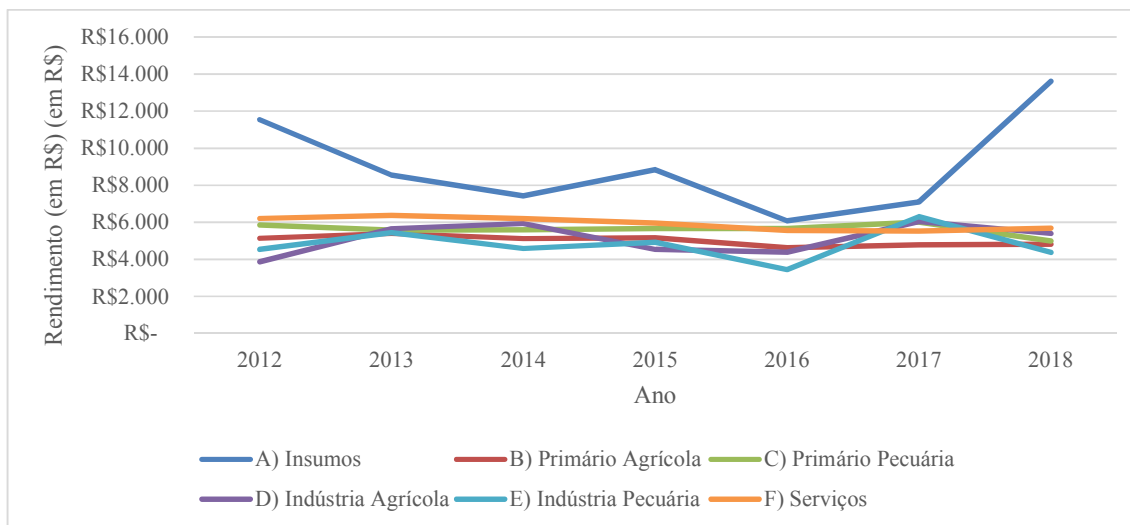
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

Quando observado os rendimentos recebidos por Empregados, Gráfico 8, percebe-se que os setores de insumos, serviços indústria agrícola e pecuária foram os que apresentaram as melhores remunerações no período estudado, enquanto os piores rendimentos foram nos segmentos Primário Agrícola e Primário Pecuária. Este resultado reflete o fato que nos segmentos primários, em geral, estão os empregos com menores exigência de qualificação.

Ao se analisar o rendimento dos Empregadores, Gráfico 9, observa-se que destes, o que apresentou maior rendimento foi o do segmento de Insumos, que de 2017 a 2018 aumenta

significativamente, de acordo com os dados da Cepea, 2019, apesar de não encontrarmos nenhuma justificativa para tal movimento.

Gráfico 9 – Rendimento dos Empregadores no Agronegócio por Setor (em R\$)

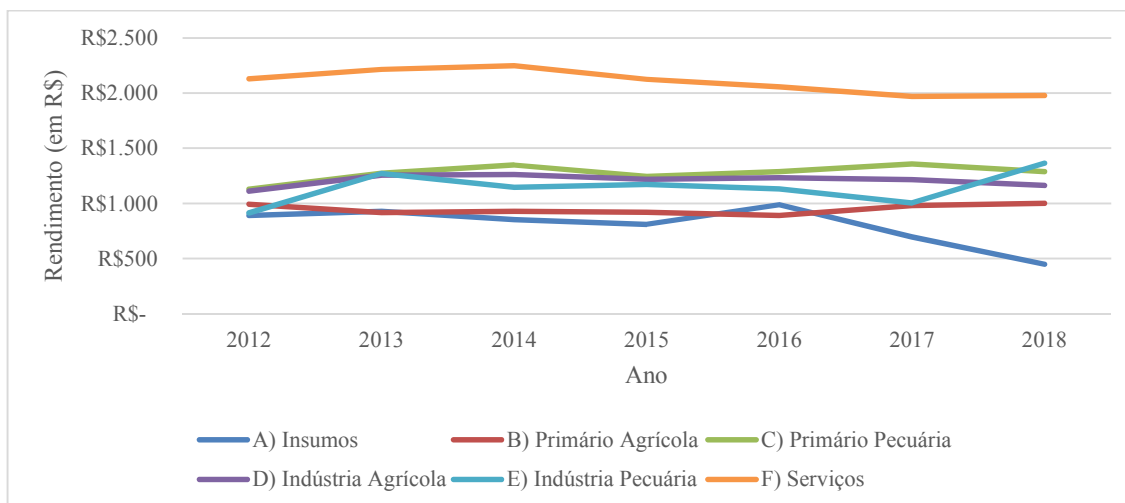


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

O último grupo de rendimento analisado é o dos trabalhadores que “trabalham por conta própria” por exemplo, produtores rurais que utilizam sua mão de obra própria para produzir e vender os produtos. Observando o Gráfico 10, percebe-se que obtiveram a melhor remuneração a subdivisão de Serviços, em contraste a essa melhor remuneração a subdivisão dos Insumos que obteve a pior remuneração de todas as divisões e subdivisões.

Analisando o mercado de trabalho do agronegócio como um todo, percebe-se que o maior rendimento está nas mãos dos empregadores, tendo um valor médio de remuneração de R\$ 5.496,83 no ano de 2018, tendo uma retração de aproximadamente 2% se comparado com o ano de 2012, que foi de R\$ 5.614,08. Os Empregados no mesmo período tiveram uma taxa média de crescimento nos seus rendimentos de aproximadamente 12%, ficando em 2018 com uma remuneração média de R\$ 1.820,61, frente a uma remuneração média de R\$ 1.625,55 em 2012. Os indivíduos que estão classificados como por “Conta Própria”, tiveram uma remuneração média de R\$ 1.329,27 em 2018, tendo um aumento de aproximadamente 11% nos seus rendimentos, se comparados ao ano de 2012 quando seu rendimento aproximado foi de R\$ 1.203,61.

Gráfico 10 – Rendimento dos Trabalhadores por Conta Própria no Agronegócio por Setor (em R\$)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do CEPEA

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da evolução do agronegócio no período de 2010 a 2018. Além disso, também permitiu uma análise mais detalhada do mercado de trabalho e da balança comercial do agronegócio.

Para se atingir uma compreensão dessa evolução do agronegócio, definiram-se três objetivos específicos. O primeiro, analisar a participação do agronegócio no PIB brasileiro, constatando que o Agronegócio foi responsável por 20,6% em média do Produto Interno Bruto do Brasil durante o período de 2010 a 2018, apesar de sua variação neste período que atingiu sua menor participação em 2013 com 19,17% e sua maior participação em 2016 com 22,84%, de acordo com os dados obtidos durante a pesquisa.

O segundo, analisar a participação do agronegócio na balança comercial brasileira. Foi identificado, de acordo com os dados obtidos durante o desenvolvimento do estudo, que o agronegócio brasileiro teve uma participação média de 41,9% no total de exportações do Brasil, tendo seu pior resultado no ano de 2011 quando atingiu apenas 37,1% da participação nas exportações e seu melhor resultado em 2015, atingindo 46,2% de tudo que foi exportado pelo país no ano, sendo os principais produtos exportados os que compõem o Complexo da Soja, seguido pela exportação de Carnes.

O terceiro objetivo específico buscou analisar o mercado de trabalho do agronegócio, tendo como base os dados da CEPEA. Foi identificado que, nos anos do estudo, o agronegócio foi perdendo a sua participação no mercado formal de trabalho brasileiro, passando de 21,89% em 2012 para 19,55% em 2018, uma redução acumulada nestes anos de 2,34%, enquanto o mercado de trabalho brasileiro obteve uma taxa de crescimento acumulada de 4,1% aproximadamente, no mesmo período. Entre os segmentos do agronegócio, a agropecuária teve o maior número de redução de postos de trabalho, acumulando um total de 1.687.253, acompanhada pela indústria do agronegócio com uma redução de 204.263 pessoas ocupadas em suas atividades. Já os subsetores de insumos e serviços, tiveram crescimento de 42.195 e 487.283 em seus postos de trabalho, respectivamente.

Ainda no terceiro objetivo específico, foi analisado o rendimento dos empregados, empregadores do agronegócio e trabalhadores por conta própria. Neste quesito verifica-se que os empregados durante o período do estudo tiveram um aumento médio de 12% aproximadamente em seus rendimentos comparando 2012 à 2018, o que equivale a aproximadamente R\$ 195. No sentido contrário, foram os empregadores, que tiveram uma redução de seus rendimentos de aproximadamente 2,1%, com uma redução de R\$ 118

aproximadamente, e os trabalhadores por conta própria tiveram um aumento de 10,5% em seus rendimentos equivalente a um valor aproximado de R\$ 127.

Portanto, pode-se concluir com a análise dos dados demonstrados no presente trabalho que o agronegócio brasileiro, apesar de ter enfrentado crises climáticas, políticas, e econômicas, ainda foi responsável por aproximadamente 20% do PIB Brasil, e teve uma participação significativa de aproximadamente 42% na balança comercial, com uma participação de aproximadamente 20% no mercado de trabalho, deixando o mercado do agronegócio com variações significativas, porém pontuais. No entanto, a longo prazo o mercado retornou a uma “estabilidade” mantendo seus números similares. Em algumas ocasiões o agronegócio teve um contra peso na economia do país que estava em recessão, fazendo com que o impacto gerado no PIB Brasil fosse amenizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, N. G.; SANTOS, R.F.; **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. 2019. Disponível em: https://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf. Acessado em 28 de Outubro de 2019 as 17:30.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986, 160p.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. **Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigma?** Revista de Economia, v. 33, n. 1, p. 31-54, jan./jun., 2007.

ALVES, Eliseu; CONTINI, Elisio; HAINZELIN, Étienne. **Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005

ARAÚJO, M. J.; **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: ed. Atlas S.A., 2007.

BARBOSA, G. DOS S.; **Inovação no arranjo produtivo local de fruticultura irrigada de Pernambuco**. Caruaru, 2016.

BARROS, G. S. de C.; SILVA, A. F.; FACHINELLO, A. L.; 2012; **PIB DO AGRONEGÓCIO INICIA 2012 COM RECUO**. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/release-6570.aspx>

BARROS, G. S. C. et. al; **PIB do Agronegócio Brasileiro de 1996 a 2018**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP. 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 11 de abril de 2019 as 19:01.

Barros, G.S.C; Castro, N.R.; Morais, A.C.P.; Machado, G.C.; Almeida, F. M. S.; Almeida, A.N.; Silva, A.F.; Fachinello, A.L. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), Piracicaba, 2019.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BERNARDES, Flávio. 2018. **Em 2017, prejuízo com Carne Fraca foi de US\$ 2,74 bilhões; o que esperar agora?** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/em-2017-prejuizo-com-carne-fraca-foi-de-us-274-bilhoes-o-que-esperar-agora-4vz0kebkx0nef5cdo51r2wl1t/>. Acesso em 26 de Outubro de 2019 as 11:49.

BBC, 2011. **PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos.** Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp Acessado 09/12/2019 as 18:10

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro.** Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>. Acesso em: 16 de abril de 2019 as 10:38.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio: 1997 a 2018.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/SERIEHISTORICABCARESUMIDA19972018.xls/view>. Acesso em: 13 de abril de 2019 as 22:20.

CASTRO, A. G. DE.; **Análise da competitividade de cadeias produtivas.** Workshop cadeias produtivas na Amazônia, 2000.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **O Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro - Resultados Preliminares 2015.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/mercado-de-trabalho-do-agronegocio-brasileiro-resultadospreliminares.aspx>. Acessado em: 16 de abril de 2019 as 10:47.

COELHO, France M. Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo.** Viçosa: Editora UFV, 2005.

CURY, A.; LAPORTA, T.; 2016; **Agronegócio sente crise e perde empregos, produção e receita.** Disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/agronegocio-sente-crise-e-perde-empregos-producao-e-receita.ghtml> acessado em 10 de dezembro de 2019 as 02:30

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. **A Concept of Agribusiness.** Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, N.G.; **"Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional"**. Brasília, IICA-MDA-CONDRAF, 2009.

EMBRAPA, 2012; **Soja: estiagem no Sul pode comprometer safra 2011-2012** Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1460961/soja-estiagem-no-sul-pode-comprometer-safra-2011-2012> acessado em 10/12/2019 as 00:30

EMBRAPA, 2018.; **VISÃO 2030 O Futuro da Agricultura Brasileira**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829> Acessado em 30 de setembro de 2019 as 15:55

EMBRAPA, 2019; **Convivência com a Seca** Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-convivencia-com-a-seca/sobre-o-tema> acessado 10/12/2019 as 1:30

FARINA, E.M.M.Q. & ZYLBERSZTAJN, D.: **Competitividade e Organização das Cadeias Agroindustriais**. Costa Rica: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 63p., 1994.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O.; **Contabilidade Social**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida.; **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. 3. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

FURTADO, C.; **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, 34ª Ed., Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 2007.

GALLAS, D; 2012; **Em meio à crise, parte da Europa prospera com crescimento, emprego e baixa dívida.** Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/10/121018_europa_prosperidade_dg acessado em 09/12/2019 as 22:45

GIAMBIAGI, F., VILELA, A; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GILIO, L.; RENNÓ, N. (2018); **O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO REALMENTE TEM SE REFLETIDO EM MAIOR RENDA PARA AGENTES DO SETOR?**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio-ao-cepea/o-crescimento-do-agronegocio-realmente-tem-se-refletido-em-maior-renda-para-agentes-do-setor.aspx>. Acessado em 21 de maio de 2019 as 14:45.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, R. J.; **Economia Brasileira Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, L. M., VASCONCELLOS, M. A. (Org.). **Manual de Macroeconomia**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro *et al.* **Agribusiness europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996. 132 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e Políticas Públicas, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.

Matos, P. F.; Pessôa, V. L. S. **A Modernização da agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território**. (2011) Geo UERJ, ano 13, n. 22, v. 2, 2º. semestre de 2011, p. 290-322. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/2456/1730> Acessado em 14 de novembro de 2019.

MEDEIROS, M. C.; **A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica (1990-2007)**. São Paulo, 2009

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011- 2012 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PÉREZ, C.; **Dinamismo tecnológico e inclusión social en América Latina: uma estratégia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales**. Revista CEPAL, n. 100, Abril, 2010. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/11357>. Acessado em 01 de Novembro de 2019 as 12:00.

Teixeira, R. A.; Dweck, E.; 2017; **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3532&tp=a> acessado em 09/12/2019 as 20:30

RENAI. A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. **O Setor de Agronegócio no Brasil: Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

SANTOS, L. P. DOS; AVELAR, J. M. B.; SHIKIDA, P. F. A.; CARVALHO, M. A. DE; **Agronegócio brasileiro no comércio internacional**. Revista de Ciências Agrárias, 2016.

SILVA, JOSÉ GRAZIANO; RAMOS, PEDRO e REYDON, Bastian P.; **Agropecuária e Agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, p.127-50, 1995

VEIGA, J.E.; **Desenvolvimento sustentável. O desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

VIEIRA FILHO, JOSÉ EUSTÁQUIO R.; FISHLOW, ALBERT; **Agricultura e Indústria no Brasil Inovação e competitividade**. IPEA, Brasília, 2017.